



MEMÓRIA E ESQUECIMENTO COMO SINAL DE LUTA: RELATOS DE CAMPONESES BRASILEIROS E ANGOLANOS

MEMORY AND FORGETTING AS A SIGN OF THE STRUGGLE:
REPORTS OF BRAZILIAN AND ANGOLAN PEASANTS

MEMORIA Y OLVIDO COMO SEÑAL DE LUCHA: INFORMES
DE CAMPESINOS BRASILEÑOS Y ANGOLEÑOS

118



Flávia de Almeida Moura

■ Professora Adjunta da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Doutora em Comunicação Social (PUC-RS). Pós-Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ).

■ E-mail: flaviaalmeidamoura29@gmail.com.

Larissa Leda F. Rocha

■ Professora Adjunta da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Doutora em Comunicação Social (PUC-RS). Pós-Doutorado em Comunicação na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Bolsista do CNPq-Brasil.

■ E-mail: larissaleda@gmail.com.

RESUMO

A partir do cruzamento de relatos de camponeses brasileiros e angolanos, trazemos reflexões sobre relações entre Comunicação e memória a partir de trabalhos de campo, baseados em entrevistas e observações, realizados no estado do Maranhão e em três províncias do Sul de Angola: Benguela, Huambo e Huíla. Nos orientamos por Portelli (2000), concebendo memória como sinal de luta e pelos enquadramentos de memória de Pollak (1992), indicando relações entre memória, esquecimento e silêncio. Apesar das similaridades encontradas, há questões em relação aos contextos históricos, sociais e culturais de cada localidade estudada.

PALAVRAS-CHAVE: COMUNICAÇÃO; MEMÓRIA; MIGRAÇÃO; TRABALHO.

ABSTRACT

From the intersection of reports from Brazilian and Angolan peasants, we bring reflections between Communication and memory from fieldwork based on interviews and observations, carried out in the state of Maranhão, Brazil, and in three provinces of southern Angola: Benguela, Huambo and Huila. We are guided by Portelli (2000), conceiving memory as a sign of struggle and Pollak's (1992) memory frames, indicating relationships between memory, forgetfulness and silence. Despite the similarities found, there are questions regarding the historical, social and cultural contexts of each studied location.

KEYWORDS: COMMUNICATION; MEMORY; MIGRAÇÃO; WORK.

RESUMEN

Desde la intersección de informes de campesinos brasileños y angoleños, traemos reflexiones entre la comunicación y la memoria del trabajo de campo basado en entrevistas y observaciones, realizadas en el estado de Maranhão, Brasil, y en tres provincias del sur de Angola: Benguela, Huambo y Huila. Nos guiamos por Portelli (2000), que concibe la memoria como un signo de lucha y los marcos de memoria de Pollak (1992), que indican las relaciones entre la memoria, el olvido y el silencio. A pesar de las similitudes encontradas, hay preguntas sobre los contextos históricos, sociales y culturales de cada localidad estudiada.

PALABRAS CLAVE: COMUNICACIÓN; MEMORIA; MIGRACIÓN; TRABAJO.



1. Considerações iniciais

Este artigo reflete sobre a reconstrução de memórias de camponeses brasileiros e angolanos como estratégias de sobrevivência (Moura, 2009) e sinal de luta (Portelli, 2000) e é resultado de um estudo cruzado mais amplo, com relatos recolhidos em trabalhos de campo realizados no Brasil, especificamente no Maranhão, em 2008, 2015 e 2016, e em Angola, nas províncias do Sul, em 2018¹.

Os deslocamentos temporários para trabalhar fora dos seus locais de origem são comuns nos dois casos, demonstrando uma coexistência entre o campesinato e o sistema capitalista (Garcia Jr., 1989). Identificamos, no entanto, diferenças nas dinâmicas desses deslocamentos, considerando características específicas das duas regiões. Os contextos históricos, sociais, políticos e culturais dos dois países foram considerados; no caso de Angola, e províncias analisadas, a guerra civil que durou 27 anos tornou-se fator decisivo para entender o histórico da migração. No Maranhão, a expulsão dos trabalhadores rurais de suas terras para implantação de grandes projetos no Brasil, anos 1960 e 1970, também tem importante efeito explicativo.

Tentar compreender o processo da sofisticada relação entre comunicação e memória nos dois casos exige um trabalho “arqueológico” desafiador, de “cavar fundo” nas sombras da memória, mexer em suas camadas constitutivas, “na expectativa de atingir a verdade oculta e aproveitar uma oportunidade, é desafiar a subjetividade derivada da percepção humana” (Thompson, 2002, p. 197). Tal subjetividade, bem como negociações, tramas e costuras entre o falado, calado, lembrado e esquecido nas falas dos entrevistados deixa evidente

1 O trabalho de campo, feito em agosto/2018 em Angola, aconteceu durante o pós-doutorado de Flávia Moura, uma das autoras deste artigo. Foram investigadas questões sobre Mídia, Trabalho e Direitos Humanos, comparando Brasil e Angola. Os trabalhos de campo no Maranhão foram resultado tanto de pesquisas para obtenção do doutorado da autora, quanto de dois projetos de pesquisa desenvolvidos na época.

que contar de si e da sua história é, permanentemente, lugar de disputa de poder por uma “verdade legítima” do grupo social.

Organizamos, a seguir, os relatos dos trabalhadores rurais a partir da questão fundiária e do campesinato, bem como da economia familiar e estratégias de sobrevivência, como categorias de análise, para contextualizar as realidades aqui comparadas. Tais relatos foram colhidos em pesquisas de campo, em anos já mencionados, a partir da combinação de técnicas como entrevista em profundidade, observação participante e produção de diário de campo. Dados coletados foram analisados - neste trabalho que também conta com pesquisa documental - a partir da discussão central elaborada com base em nossos referenciais teóricos: memória, esquecimento e, até mesmo silenciamento, como sinal de luta junto aos grupos investigados com intuito de compreender as estratégias de sobrevivências desses sujeitos.

2. Questão fundiária e campesinato

No contexto brasileiro, desde a ditadura militar de 1964, se articula um processo da ocupação econômica da Amazônia, com a justificativa de integrá-la ao mundo moderno (Martins, 1994)². Este projeto de desenvolvimento, se chocou, na disputa pela terra, com formas de produção alheias às preexistentes e peculiares na região, oriundas de sua formação econômico-social e de um campesinato surgido no percurso da expansão da fronteira agrícola (Costa, 2000).

Neste cenário, o Maranhão é apontado historicamente como um dos principais Estados relacionados a conflitos de terra, devido à concen-

2 O autor afirma que os objetivos eram econômicos, mas sobretudo geopolíticos. “O lema da ditadura era “integrar” (a Amazônia ao Brasil) “para não entregar” (a supostas e gananciosas potências estrangeiras). Os militares falavam em “ocupação de espaços vazios”, embora a região estivesse ocupada por dezenas de tribos indígenas, muitas delas jamais contactadas pelo homem branco, e ocupada também, ainda que dispersamente, por uma população camponesa já presente na área desde o século 18, pelo menos.” (Martins, 1994).

tração fundiária. Com o envolvimento de cerca de 65 mil pessoas, em 2012, o estado somou 252 casos de conflitos de terra (Comissão Pastoral da Terra - CPT, 2013). Já em 2014, foram mais de 140 casos. Ao menos 60% dos casos acontecem na região dos Cocais (May, 1990), nos municípios de Codó e Timbiras (Carneiro; Moura, 2008).

O Maranhão tem 333.365,6 km², o oitavo estado da federação em extensão territorial e o segundo do Nordeste. No entanto, apenas um pequeno número de proprietários detém a maioria das terras, causando conflitos e violências no campo. Grande parte das terras, principalmente as localizadas nas regiões de colonização antiga (Baixada Ocidental e Oriental, Pindaré, Mearim, Vale do Itapecuru e Baixo Parnaíba), é ocupada por comunidades negras, cuja história da posse territorial remonta ao período da escravidão. Junto a elas, outros grupos de camponeses tradicionais - extrativistas, descendentes de índios, ribeirinhos e posseiros antigos - consolidaram seus apossamentos de modo semelhante, no processo de expansão da fronteira agrícola do Estado.

Esses grupos enfrentaram a expansão da frente agrícola, na conjuntura de “modernização” do campo, com a introdução de grandes empreendimentos agropecuários e projetos de monocultura. A questão agrária no Maranhão, portanto, sempre esteve marcada por confrontos entre trabalhadores rurais (tidos como primitivos e fadados ao desaparecimento) e os agentes sociais, que diziam representar a modernidade, o desenvolvimento e os novos paradigmas do progresso (Pedrosa, 2013).

Com alta concentração de terras pelo latifúndio e expulsão constante de trabalhadores de suas terras, o Maranhão, e sobretudo a região dos Cocais, tem deslocamentos frequentes de moradores para fora da região em busca de trabalho, muitas vezes submetidos a condições análogas a de escravos (Carneiro e Moura, 2008; Moura, 2009; CPT, 2016).

Já Angola ocupa 1.246.700 km², com 25.789.024 habitantes, segundo o Censo Populacional de

2014. As três províncias do centro sul de Angola delimitadas neste estudo possuem, junto com a capital Luanda, mais da metade da população do país, a saber: Benguela, Huambo e Huíla³.

A estrutura fundiária angolana permanece atrelada ao tempo colonial. De acordo estudos da ADRA⁴ (2004), apesar da Lei de Terras (2004)⁵, as concessões do tempo colonial ainda são reconhecidas nas províncias, especialmente na região sul, mais afetada pela guerra civil, que durou desde a Independência de Portugal, em 1975, até 2002.

A maioria dos trabalhadores entrevistados vive nas **terras de família**, isto é, terras nas quais plantam desde os ancestrais, embora em sua maioria, não tenham posse com documentação legal. Há também uma recente retomada da agricultura empresarial, uma tentativa do país de diversificar a economia e fugir da crise do petróleo. Fica claro um latente problema a ser enfrentado nos próximos anos, precisamente nas aldeias visitadas, já que as concessões de terras ainda datam do tempo colonial e muitos povoamentos foram reconstruídos em terras de propriedades de fazendeiros e empresários.

Sem a terra cercada, os lavradores angolanos ainda plantam suas **lavras**⁶, uma vez que o cercamento de terras até então não gera tantos conflitos, como os encontrados no contexto do agronegócio brasileiro. Situação mais próxima a do Brasil existe no extremo sul de Angola, província da Huíla (divisa com Cunene e Namíbia), onde terras de pastores estão sendo cercadas por fazendas agropastoris desde o período pós-guerra, em 2002, gerando conflitos violentos (ACC, 2008).

3As entrevistas mencionadas neste trabalho foram realizadas nestas três províncias do Sul de Angola.

4 ADRA (Acção para o Desenvolvimento Rural de Angola) é uma ONG que atua nas localidades visitadas durante o trabalho de campo.

5 Busca organizar a questão fundiária do país na reconstrução do pós-guerra.

6 São pequenas porções de plantação; unidade de medida similar à que se chama no Maranhão de linha de roça plantada.



3. Economia familiar e estratégias de sobrevivência

No Brasil, a industrialização, dominante desde a segunda metade do século XX, criou um novo polo dinâmico na vida social e econômica do país. Segundo Garcia Jr (1989), não se pode esquecer que o crescimento do mercado de trabalho industrial não foi procedido pela liquidação das formas de dominação personalizada no campo.

No Maranhão, estudos (Carneiro, Moura, 2008) demonstram que o deslocamento de camponeses para complementação de renda em grandes centros, transforma o espaço social de origem, mas não retira os trabalhadores das condições de **roças de subsistência**. Também não altera relações de dominação personalizadas no campo, como o aforamento (aluguel de pequenas porções de terra para o plantio) e até relações de submissão aos latifundiários na região.

Mais recentemente, diagnóstico do projeto RAICE⁷, mostra a migração como estratégia de sobrevivência dos camponeses do Maranhão para reprodução familiar. Seu José⁸, lavrador de 57 anos, nos contou, em entrevista no município de Codó, que dois filhos trabalhavam no Mato Grosso, mas ambos haviam sido convidados para ir a um garimpo no Suriname⁹. Outros dois filhos, que residem no mesmo domicílio, trabalhavam à ocasião em uma pequena porção de terra onde a família possui uma **roça de subsistência**. Ao lamentar a ausência dos filhos, afirmou que onde vive não há oportunidades de sustento, então o negócio é “aventurar”. “A estratégia é sempre alguém da família estar trabalhando fora para

7 Realizado pelo RAICE (Rede de Ação Integrada contra a escravidão), desenvolvido pela CPT e o CDVDH/CB (Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán), de Açailândia - MA, entre 2015 e 2016.

8 Os nomes de todos os entrevistados apresentados neste artigo são fictícios, para preservar a identidade dos mesmos.

9 Durante a entrevista, a família não identificou a pessoa que convidou para o trabalho de garimpo, mas foi possível deduzir que o convite foi estendido a um grupo de trabalhadores do bairro.

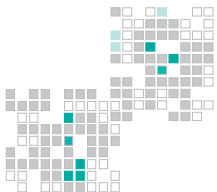
mandar algum troco pra casa. Porque o serviçinho que fazemos por aqui não dá de receber muito dinheiro” (Seu José, morador)¹⁰.

No caso angolano, a guerra civil, de 27 anos - da independência em 1975 até 2002 - , explica os processos migratórios históricos. Foi comum ouvir que a situação de migração, sempre motivada pela guerra, era a mesma desde o tempo dos pais ou avós. A capital Luanda constituiu-se na principal região receptora de migrantes, sobretudo das províncias da região sul, que, mais populosas, foram afetadas diretamente nos anos de guerra por ser território do partido de oposição ao governo do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola). A província de Huambo era o local de residência do líder da UNITA, Jonas Savimbi; e o sul do país, considerado o principal território da oposição ao governo. UNITA e MPLA após lutarem pela independência de Portugal lutaram entre si pelo controle do governo.

Em Angola, houve mudanças significativas dos espaços sociais do campo e da cidade no contexto da reconstituição nacional a partir da necessária diversificação econômica pós-guerra. A agricultura ganhou um peso relevante especialmente após a crise do petróleo e a queda das relações comerciais do país no mercado externo.

Atualmente, os lavradores apresentam, em geral, situações de pluriatividade (Katiavala, 2016, p. 19), combinando lavoura de subsistência, venda dos excedentes da plantação e mais alguma atividade nos centros urbanos, chamada **biscaite**. Há, na verdade, uma pluralidade de categorias de camponeses e agricultores familiares com diferentes estratégias e arranjos econômicos. A migração, em geral, é parte desse contexto, seja para fugir da guerra ou dos processos de troca de poder no país. Isso apareceu tanto em muitos dos relatos, quanto no imaginário dos entrevistados.

10 Pesquisa de campo realizada em Codó em 15 Nov. 2015.



Os deslocamentos forçados para zonas urbanas em busca de segurança - estimativa de 4 milhões de camponeses entre 1998 e 2002 - causaram alterações profundas no mundo rural principalmente pelo abandono das plantações e dos povoamentos. Com o fim da guerra, não houve o regresso esperado para as aldeias de origem. Na verdade, as famílias se estabeleceram em outras localidades, nas imediações de Luanda e, com isso, algumas regiões ficaram, por algum tempo, completamente desabitadas (Katiavala, 2016). Migrantes, hoje, são prioritariamente, homens jovens (18 a 25 anos), ainda que haja mulheres que saem das comunidades rurais para a comercialização dos produtos agrícolas.

O lavrador, André, 28 anos, morador da aldeia Cavissi II¹¹, disse que sai sempre para Luanda e passa “um tempo” para conseguir dinheiro. O período que passa fora da aldeia, anterior ao plantio, é mais ou menos próximo ao relato dos demais lavradores. Muitas vezes, a colheita é feita por mulheres e/ou filhos. Segundo relatos, crianças começam a trabalhar ajudando os pais na lavoura a partir dos 10 anos. Mas, antes, participam de serviços domésticos.

André sai para vender os produtos agrícolas excedentes de suas **lavras** e, com o tempo, comprou uma motocicleta com carroceria. Hoje, sua **motorizada** de três rodas é o principal transporte de pessoas e mercadorias da aldeia para o município da Cacula. A principal dificuldade dos lavradores na atualidade é a falta de transporte e estradas para o escoamento dos produtos, além da assistência técnica para as famílias.

André afirma que se não complementasse a renda, não conseguiria sobreviver somente de sua plantação. Se há cálculo da distribuição do tempo dos membros da unidade doméstica a ser despendido com agricultura e outras atividades complementares para a renda da família, também há cálculo para saber quando os recursos

devem passar da agricultura para o negócio ou do negócio para a agricultura (Garcia Jr., 1989).

4. Memória, esquecimento e silenciamento como sinal de luta

Durante conversas com os camponeses em Angola, as questões de migração apareceram nas narrativas como sendo algo comum às pessoas, bem como às suas famílias, desde há muito tempo; não é um fenômeno contemporâneo. Os motivos dos deslocamentos desde a Independência do país, estavam sempre ligados à guerra civil, que afetou fortemente a região na qual foram realizadas as entrevistas do trabalho de campo. Perseguições políticas de lideranças e familiares de partidos de oposição eram os principais motivos da necessidade de migrar, além da segurança física, da falta de alimentos e consequente impossibilidade de reprodução familiar.

Na aldeia de Cavissi II, uma das três que visitamos em 2018, encontramos um grupo de mulheres mais velhas da localidade, que contaram sobre esses deslocamentos¹²:

No tempo colonial, a gente já vivia aqui. No tempo dos escravos. A gente chegou a trabalhar quando criança para os colonos. [...] Nossos bisavós já andavam por Luanda para conseguir algum negócio; com a venda de alguns produtos que eles conseguiam plantar. Naquela época, o café era o principal produto plantado na região, mas a gente tinha que sempre sair para trabalhar em outras regiões para fugir da seca e, depois de 1975, da guerra (Maria, 96 anos, moradora)¹³.

Meus pais foram nascidos aqui. Os bisavós chegaram do Norte. Em 1986, saímos daqui

12 As entrevistas realizadas em Angola tiveram tradução simultânea de agentes da ADRA. Os entrevistados, em geral, entendiam o português, mas pouco falavam. A língua nacional nesta região é umbundo.

13 Pesquisa de campo realizada em Cavissi II, Huíla, Angola em 18 ago. 2018.

11 Pesquisa de campo realizada em Cacula, Huíla em 18 Ago. 2018.



para Kipungo (município próximo) por conta da guerra. Ficamos lá por muito tempo. Voltamos em 2003, depois da guerra. Quando voltamos, aqui não tinha nada mais de plan-tação aqui. Tivemos de fazer tudo de novo... reconstruir do zero. [...] Antes era muito duro. Agora tá melhor, até porque não tem que sair no susto (Joana, 92 anos, moradora)¹⁴.

Para Bertaux (2010, p. 52), em seu estudo sobre narrativas de vida, a intervenção das mediações sinalizadas não afeta necessariamente a estrutura diacrônica das situações, acontecimentos e ações que balizaram este percurso. “Para empregar uma metáfora, seu “desenho” está bem restituído; por outro lado, a lembrança pode modificar retrospectivamente suas cores”. Há mediações subjetivas e culturais entre a experiência vivida “bruta” e a sua narrativa. Entre uma situação social ou um acontecimento e a maneira pelo qual eles são “vividos” no momento pelo sujeito, por exemplo, se interpõem seus esquemas de percepção e de avaliação. As narrativas desse grupo de mulheres encaixa-se nesta perspectiva ao remontar a ideia do sofrimento do passado em detrimento de um presente “mais calmo” ou “menos duro”, principalmente por conta do fim da guerra e da ideia de reconstrução nacional, que perpassa a da agricultura e, conseqüentemente, da vida dos camponeses.

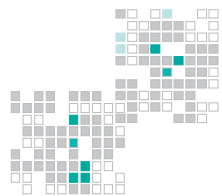
Entre a memorização das situações, acontecimentos e ações e sua evocação ulterior se interpõe a mediação das significações que o sujeito lhes atribui retrospectivamente, através da totalização mais ou menos reflexiva que fez de suas experiências (totalização que não pode deixar de levar em conta as percepções e avaliações destes mesmos acontecimentos ou atos por seus próximos). Entre o que ele viveu e totalizou e o que consente dizer hoje se interpõem, ainda, outras

mediações (Bertaux, 2010). Tal consentimento pode ser observado, nas entrevistas, claramente em relação à autoridade dos *sobas*, que são autoridades tradicionais nas aldeias, escolhidos e legitimados pelas comunidades.

Quando as narrativas tratavam sobre algo do passado, as vozes permitidas a falar sempre eram dos mais velhos, e os *sobas* davam a legitimidade a eles. Mas quando o assunto era terra, camponato e migrações contemporâneas e os jovens falavam, os *sobas* exerciam sua autoridade e, em alguns casos, cerceavam as falas, silenciando-os. A idade e a experiência de vida de quem falava era como uma autorização de relato verdadeiro chancelada pelo *soba* e aceita pela comunidade.

Durante os trabalhos de campo realizados no Maranhão, também percebemos jogos de disputas que oscilam entre relatos de memória e silenciamentos, presentes nas narrativas dos camponeses. No caso brasileiro, a questão fundiária bem como a histórica expulsão dos camponeses de suas terras de origem no contexto dos grandes projetos de desenvolvimento (anos de 1960), perpassam situações de dominação e sujeição dos trabalhadores por parte de grandes latifundiários e políticos ligados à região. A própria ausência do documento da terra, muitas vezes, causa instabilidade e vulnerabilidade por parte dos camponeses que hoje ocupam pequenas porções para a sua reprodução familiar. Esses sujeitos vivem hoje numa relação entre memória e silenciamento sobre suas identidades bem como suas relações com a terra, que passam por questões de ancestralidade e de luta pela própria sobrevivência.

No caso de Angola, entendemos esse jogo como uma forma de estratégia de sobrevivência desses grupos sociais, que devido principalmente a questões políticas e de guerra, tiveram que se deslocar para outras regiões do país ou até mesmo de países vizinhos, como o Congo, e desde 2002 começaram a retornar aos seus locais de



¹⁴ Pesquisa de campo realizada em Cavissi II, Huíla, Angola em 18 ago. 2018.

origem, ou pelo menos, aos locais onde havia familiares e terra necessária para a reprodução das famílias. Os silenciamentos vinham, muitas vezes, principalmente quando a questão dizia respeito ao posicionamento político do grupo, uma vez que os sujeitos investigados possuem um histórico de perseguição e represálias por questões políticas. Também percebemos disputas de poder dentro dos grupos sociais investigados e uma certa hierarquização dos discursos das autoridades tradicionais, reconhecidas nas aldeias na figura dos sobas, em detrimento dos mais jovens.

A metodologia do trabalho de campo, com entrevistas coletivas e individuais, deixou essas disputas mais visíveis. As mesmas pessoas comportavam-se de modo diferente em relação à assuntos semelhantes quando entrevistadas individualmente (no caso dos mais jovens) e quando estavam no grupo. Individualmente contavam uma narrativa própria e, em grupo mediado pelo *soba*, pouco falavam ou silenciavam em algumas questões. Os temas que geravam diferenças nos relatos estavam ligados, por exemplo, a questão da posse da terra, à família e às formas de legalização das mesmas.

No caso dos grupos investigados no Maranhão, também percebemos silenciamentos nos discursos de trabalhadores dependendo das condições de entrevista e de quem estava presente durante o trabalho de campo. Agentes do movimento social que, por um lado, nos possibilitam o acesso a esses sujeitos, às vezes cerceiam as falas por questões políticas ou mesmo de representações que passam a construir dos próprios sujeitos no contexto das lutas pela melhoria da qualidade de vida dessas populações. Neste caso, sabemos que as memórias e os silenciamentos são estratégicos e fazem parte do jogo de discursos entre os sujeitos, incluindo aqui os próximos pesquisadores que estão inseridos nesta interlocução.

O fato é que notamos, nos dois casos analisados, a questão da memória e do silenciamento

como estratégias dos camponeses recontarem a sua própria história, bem como a história do seu lugar e de seus familiares e ancestrais, preservando suas identidade. Neste sentido, Orlandi (2007, p. 11-12) afirma que o silêncio foi relegado a uma posição secundária, como o “resto” da linguagem. Em contraposição a isso, diz que há sentido no silêncio e que todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer.

Há um modo de estar no silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio. Há silêncio nas palavras [...] o estudo do silenciamento (que já não é silêncio, mas ‘pôr em silêncio’) nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito absolutamente distinta da que se tem estudado sob a rubrica do ‘implícito’ (Orlandi, 2007, p. 11-12).

O silenciamento foi mais perceptível, durante visitas nas aldeias de Angola, quando o assunto era principalmente política, religião, terra e ancestralidade. Outro assunto que não foi perguntado, mas apareceu durante a conversa foi a questão da poligamia, comum nas aldeias visitadas. Quando questionados sobre esses assuntos, os camponeses ou silenciavam, ou exerciam uma fala econômica, alegando esquecimento ou desconhecimento dos assuntos tratados. Em contextos mais informais das visitas, como na hora de almoçar ou caminhar pela aldeia, esses assuntos apareciam de outras formas, mais naturalizadas na fala dos informantes.

Em geral, quando havia a presença do *soba* ou de algum *sekulo* - auxiliar do *soba* - ou o assunto era comentado por eles ou era silenciado pelos camponeses, novamente, o silêncio “orientado” pela presença do *soba* vinha principalmente dos mais jovens. Na tentativa de aproximação sobre



os sentidos da ancestralidade e a questão fundiária, ao tocar no assunto da prática de religiões nativas africanas, chamadas por eles de feitiçaria, a resposta era sempre recorrente: de que na aldeia, haviam católicos e evangélicos e que os feiticeiros e curandeiros¹⁵ eram coisas do passado, com alguns poucos resquícios, mas que naquelas localidades não mais havia estas práticas.

Portelli (2000) nos adverte que a memória não deve ser encarada como preservação da informação, mas como sinal de luta e como processo em andamento. Vale lembrar que as províncias visitadas foram altamente impactadas pela guerra civil, com fortes consequências de insegurança alimentar, violência física e simbólica, que perduram até hoje, principalmente em questões políticas e religiosas. É coerente, então, considerar que falar de memória é revelar uma relação triáde entre a memória, o esquecimento e o silêncio (Pollak, 1992), é considerar que há enquadramentos de memória e que a memória pode se transformar em um objeto de poder.

A memória coletiva, organizada, oficial de uma nação é lugar de disputa de poder e sofre, constantemente, enquadramentos. Há um jogo, uma trama em negociação, há memórias subterrâneas que buscam o tempo todo um “lugar ao sol”, um lugar para serem, no presente, lembradas pois podem ser silenciadas mas não, necessariamente, esquecidas. A seletividade do que pode ou deve ser lembrando é uma das características da memória, já que “Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (Pollak, 1992, p. 203). Atualmente nos mostramos atormentados com as atividades de lembrar, nossa cultura está obcecada com a memória e dessa forma, “está também de alguma maneira tomada por um medo, um terror mesmo, do

15 Há uma diferença, feita pelos informantes, entres feiticeiros e curandeiros. Os primeiros são responsáveis por trabalhos espirituais e considerados adivinhos; enquanto os segundos são responsáveis pela cura de doenças e pragas, com a manipulação de raízes e plantas para a confecção de remédios naturais.

esquecimento” (Huyssen, 2000, p. 19).

Mas, efetivamente, o que observamos nas comunidades rurais nas quais estivemos é que, ainda que a urgência e a obsessão com o “tudo guardar” de que fala Huyssen - e que leva populações dos centros urbanos e industrializados ao consumo ininterrupto de memórias extracorpóreas e registro audiovisual das minúcias rotineiras da vida - o sentido de maior urgência dos camponeses está ligado às disputas de versões, legitimadas ou não, dos modos de melhor armazenar, coletivamente, os relatos de memória, identidade, pertencimento e ancestralidade.

No caso do Maranhão, em muitos povoados rurais ou mesmo em agrupamentos de residência de trabalhadores rurais, como as chamadas **pontas de rua** - bairros periféricos onde trabalhadores expulsos de suas terras de origem acabam firmando residência - os sujeitos apresentam certo receio e até se negam a participar de pesquisas ou projetos de intervenção social alegando que a presença do pesquisador ou do agente governamental “rouba as suas memórias” e/ou não lhe devolvem nada para a melhoria da qualidade de suas vidas.

No caso de Codó Novo (Codó, MA), por exemplo, as tensões entre lideranças comunitárias, representantes do movimento social e do governo e até pesquisadores acabam sendo justificadas pelas dificuldades que esses sujeitos tem de acessar as terras que foram expulsos na tentativa de garantir a sobrevivência e a reprodução social das famílias que, mesmo morando na zona urbana, ainda tem o seu sustento do campo, principalmente das roças de subsistência. Aqui podemos pensar os conceitos de memória e esquecimento na perspectiva de uma ação política estratégica presente nos relatos desses sujeitos, que participam do jogo de forças e sentidos acerca de suas próprias identidades. Lembrar ou esquecer, memorar e silenciar podem ser estratégias adotadas e formas de representar esse “sinal de luta”, destacado por Portelli (2000).

5. Considerações finais

Nosso interesse aqui foi mostrar as relações entre memória e identidade dos sujeitos pesquisados e principalmente o jogo de forças e as disputas entre os relatos de memória e os silenciamentos e esquecimentos contidos nas narrativas recolhidas.

O estudo demonstra também que os processos de deslocamentos para o trabalho fora das áreas de origem e da agricultura familiar são comuns aos dois contextos, mesmo que por motivos diferentes: no Brasil, especificamente no Maranhão, no contexto do latifúndio e consequente expulsão dos camponeses das terras com a formação das fronteiras agrícolas e no garimpo na Amazônia; em Angola, devido ao contexto de guerra civil e mais recentemente por necessidades parecidas com as dos camponeses maranhenses: o de sobrevivência e manutenção da economia familiar.

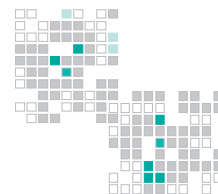
Percebemos nos dois contextos uma **ruralidade** que perpassa o território do campo e adentra os grandes centros urbanos e, por outro lado, uma **urbanidade** que os migrantes carregam para seus locais no retorno de trabalhos sazonais principalmente a partir dos bens de consumo e das próprias relações que passam a estabelecer com o seu local e suas memórias e identidades.

O estudo cruzado sobre migração e campesinato entre os casos do Maranhão e das províncias do Sul de Angola nos indica que apesar de estratégias de sobrevivência encontradas nos duas localidades, as formas com que essas situações são vivenciadas pelos trabalhadores estão relacionadas aos contextos históricos, sociais e culturais de cada país e região que precisam ser entendidos para a compreensão da multiplicidade de características que este fenômeno tão complexo carrega.

E são, nestas questões relacionadas à tais contextos, que é possível perceber claramente como a memória, o falar de si e do outro, aquilo que vira relato e o que é silenciado tem uma importância central para a conformação das identidades, das lembranças e mesmo da projeção de vida futura nas comunidades. E, neste aspecto, guardadas as especificidades históricas, políticas e culturais dos dois países, podemos entender que é a fala, é esse comunicar que dá conta de quem se é e onde se está, dentro das relações de poder entre aquilo que pode ser lembrado e legitimado e o que deve ser esquecido, uma ferramenta essencial e poderosa para narrar as identidades, das pessoas, da comunidade, do lugar e das histórias de vida dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

- ACC (Org.). *Relatório do levantamento da situação socioeconômica da comuna da Quihita, município da Chibia e do município dos Gambo, província da Huíla*. Angola, 2008.
- ADRA (Org.). *Sistemas de uso da terra agrícola em Angola: Estudos de caso das províncias do Huambo, Lunda Sul e Uíge*. Relatório final, v.1, Angola, 2004.
- BERTAUX, D. *Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos*. São Paulo: Paulus, 2010.
- CARNEIRO, M.D.S.; MOURA, F. (Org.) *Migrações no Maranhão Contemporâneo: Uma análise do deslocamento de trabalhadores maranhenses rumo à lavoura da cana em São Paulo*. São Luís: CPT; UFMA, 2008.
- COSTA, F. de A. *Formação Agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável*. Belém: UFPA; NAEA, 2000.
- CPT (Org.). *Conflitos no Campo Brasil 2012*, Goiânia, 2013.
- CPT (Org.). *Relatório RAICE Maranhão*. São Luís, 2016.
- GARCIA Jr, A. R. *O Sul, caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Coleção Pensamento Antropológico. Brasília: UNB, 1989.
- HUYSSSEN, A. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- KATIAVALA, J.M. *O processo de diferenciação socioeconômica dos*



produtores agrícolas na província de Huambo: um estudo de caso da aldeia do Kapunge, município da Kaála. 2016. Dissertação (Mestrado em Agronomia e Recursos Naturais). Faculdade de Ciências Agrárias da Faculdade José Eduardo dos Santos, Luanda, Angola. 2016.

MAY, P. *Palmeiras em chamas – Transformação Agrária e Justiça Social na Zona do Babaçu.* São Luís: EMAPA; FINEP; Fundação Ford, 1990.

MARTINS, J. de S. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. *Tempo Social, Revista de Sociologia*, São Paulo, v. 6, n. 1-2. 1994.

MOURA, F. de A. *Escravos da precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA).* São Luís: Edufma, 2009.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.*

Campinas: Unicamp, 2007.

PEDROSA, L. A. C. *A questão agrária no Maranhão.* São Luís: Fetaema, 2013.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 200-215. 1992.

PORTELLI, A. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, M.; FERNANDES, T.; ALBERTI, V. (Org.). *História oral: desafios para o século XXI.* Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. E-book.

SANTOS, O. Mamãs quitadeiras, Kinguilas e zungueiras: trajetórias femininas e cotidiano de comerciantes de rua em Luanda. *Revista Angolana de Sociologia*, Luanda, p 1-23, dez. 2013.

THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral.* 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

